

Gabriel Amato Bruno de Lima

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Rodrigo Patto Sá Motta
(2014). *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 429 páginas.

A consciência histórica dos brasileiros acerca do regime político instaurado com o golpe de 1964 é, ainda hoje, marcada fundamentalmente por narrativas memorialísticas. E os historiadores sabem bem as características dos trabalhos de memória. Preocupadas muito mais com a construção de um *modus vivendi* no presente democrático do que com a compreensão crítica do passado autoritário, essas memórias operam vários deslocamentos de sentido na medida em que atuam na configuração das identidades individuais e/ou coletivas no momento em que são produzidas. Esses trabalhos de rememoração são também parte das práticas sociais e dos conflitos políticos em determinada sociedade. No caso do regime militar brasileiro, tais narrativas são diversas e concorrem entre si numa “batalha de memórias” que está em curso até os dias de hoje. Ainda assim, fixou-se, desde a anistia parcial de 1979, uma alegada “memória hegemônica” responsável pela disseminação da tese da dicotomia entre um Estado repressor por excelência e uma sociedade resistente ou vítima do autoritarismo. Esta memória têm se sobreposto à historiografia sobre o regime militar, atuando de forma decisiva na configuração da maneira como vários sujeitos, instituições e até mesmo historiadores se lembram da ditadura.

Resultado de uma pesquisa documental de fôlego realizada em arquivos brasileiros e norte-americanos, o livro de Rodrigo Patto Sá Motta representa um passo decisivo para a consolidação de uma historiografia de perfil propriamente acadêmico da ditadura militar brasileira. Por vezes dialogando e em outros momentos questionando as memórias sobre o período, o livro abre novas perspectivas para a problematização das memórias sobre a ditadura, bem como possibilidades originais para a escrita de histórias do regime militar. As narrativas memorialísticas são, aliás, utilizadas como fonte pelo autor. No decorrer do livro, Rodrigo Motta analisa tanto livros de memória publicados por sujeitos que viveram o período (o ex-ministro da Educação Jarbas Passarinho ou o fundador da Universidade de Brasília Darcy Ribeiro, por exemplo) como as cerca de cinquenta entrevistas de história oral realizadas pelo autor com professores universitários de todo o país. As memórias juntam-se às outras documentações mobilizadas por Rodrigo Motta, tais como as fontes diplomáticas dos EUA referentes ao Brasil, os relatórios de agências norte-americanas como

a Usaid, os informes e relatórios produzidos pela “comunidade de informações” da ditadura, as reportagens e os editoriais da grande imprensa nacional e a legislação do regime para a área da educação. Além de basear-se em um corpus *documental* amplo e em grande parte inédito, o livro de Rodrigo Motta apresenta-se como um bem-sucedido exercício historiográfico em que a história do político encontra a história cultural, desvelando os valores, os comportamentos, as percepções e as sensibilidades tanto dos agentes estatais como das oposições ao regime militar durante as décadas de 1960 a 80.

Publicado em 2014, portanto no momento da efeméride do cinquentenário do golpe de 1964, *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária* assenta-se em ao menos três argumentos centrais. Além de serem indícios do posicionamento do autor com relação aos debates historiográficos contemporâneos, esses argumentos indicam também as contribuições trazidas pelo livro para as discussões acerca da ditadura. Esmiuçados logo em seguida, os argumentos defendidos por Rodrigo Motta podem ser resumidos da seguinte forma: (1) houve heterogeneidade e disputas internas à base social da ditadura; (2) a política educacional do regime militar possuía um caráter ao mesmo tempo modernizador e autoritário/conservador; e, finalmente, (3) houve um importante “influxo da cultura política brasileira” nas relações entre o poder autoritário e as comunidades universitárias – constatação que levou o autor a elaborar um modelo conceitual de comportamentos com relação ao regime expresso no tripé “adesão, resistência e acomodação”.

Com relação ao primeiro argumento, a política para o ensino superior empreendida pelo regime militar – e a reforma universitária de 1968, uma de suas ações de maior vulto – é entendida como o resultado de “choques entre grupos e opiniões divergentes, da pressão do ME [movimento estudantil] e, paradoxalmente, da apropriação de ideias gestadas no pré-64...” Neste sentido, Rodrigo Motta esmiúça os interesses, projetos e ambiguidades dos diversos grupos sociais que compunham a base de sustentação do regime. No caso da política para o ensino superior, órgãos como o Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Conselho de Segurança Nacional (CSN), o Conselho Federal de Educação (CFE) e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) disputavam entre si a delimitação do escopo das políticas públicas voltadas às universidades. Os movimentos dos estudantes universitários, por outro lado, atuaram como um aguerrido “grupo de pressão” mesmo diante da legislação autoritária sobre representação estudantil. Paradoxalmente, a atuação dos estudantes de oposição acabou por inviabilizar a instituição do pagamento de mensalidades nas instituições públicas de ensino, possibilidade aventada por setores liberais. A repressão apresenta-se, ainda assim, como elemento importante para se entender

as modificações pelas quais o ensino superior passou durante a ditadura. Como afirma o autor, “o poder discricionário foi utilizado para remover obstáculos às alterações e impor agenda única aos grupos que se digladiavam em torno das propostas de mudança.”

O segundo argumento de Rodrigo Motta diz respeito ao próprio escopo da política do regime militar para as universidades: ela foi, ao mesmo tempo, modernizadora e autoritário-conservadora. Logo após o golpe de 1964, a “operação limpeza” atingiu as universidades e, “depois dos sindicatos e das organizações dos trabalhadores, as instituições universitárias foram os alvos prioritários das ações repressivas.” Esta primeira fase repressiva gerou uma “sensação de vigilância constante” entre os membros das comunidades universitárias, o que seria aprofundado a partir de 1969 com a onda de cassações de professores inaugurada com o Ato institucional número cinco, o Ato Complementar 75 e o decreto-lei 477. Por outro lado, o regime também modificou a carreira de professor de ensino superior, tornando-a mais atrativa financeiramente; aumentou as verbas para a pesquisa, especialmente (mas não exclusivamente) nas áreas tecnológicas; elevou em cerca de 1.000% a quantidade de universitários, se contados os estudantes matriculados em instituições públicas e privadas; expandiu e consolidou o sistema de pós-graduação; alterou os métodos de ingresso nas universidades; criou cerca de doze novas universidades públicas, expandindo, centralizando e interiorizando o sistema federal de instituições de ensino superior. Essa caráter ambíguo da política educacional do regime, ao mesmo tempo repressiva e modernizadora, serviu de mote para a construção da narrativa de *As universidades e o regime militar*. Os oito capítulos que compõem o livro intercalam análises acerca das facetas modernizadora e autoritário-conservadora da ditadura.

O terceiro argumento – que compõe a tese central do livro e é apresentado particularmente no capítulo sete, “Adesão, resistência e acomodação: o influxo da cultura política” – diz respeito ao papel da cultura política brasileira na dinâmica social da ditadura militar. Segundo Rodrigo Motta, o próprio Estado brasileiro entre 1964 e 1985 foi paradoxal e ambíguo para além das ambivalências dos sujeitos sociais diante do regime, já apontadas por outros pesquisadores da ditadura. Sua composição era heterogênea: sujeitos que se alinhavam politicamente ao liberalismo, ao conservadorismo, ao nacionalismo autoritário ou à extrema-direita ocuparam espaços importantes na formulação da política educacional do regime ao longo do tempo. Por isso, as ações da ditadura para o ensino superior eram ambíguas na medida em que elas variaram de acordo com o grupo que ocupava certo espaço no Estado brasileiro a cada momento.

O personalismo e o patrimonialismo característicos da cultura política brasileira, além disso, foram frequentes nos meios acadêmicos. Segundo o autor, no que diz respeito propriamente aos agentes estatais, “a disposição para a montagem de projetos políticos ambíguos, à base da acomodação, está inscrita na cultura do país, tornando-se opção viável por ter gerado sucesso em ocasiões anteriores...”. Em parte porque as universidades concentravam membros das elites nacionais, a inflexão da cultura política brasileira nas instituições de ensino superior implicou “jogos de acomodação” que permitiram situações contraditórias como um professor não ser contratado em um momento por motivos ideológicos, mas, posteriormente, ser incorporado ao corpo docente de outra instituição. Cabem aqui, entretanto, alguns questionamentos: em que medida o conceito de cultura política nacional, tal como entendido pelo autor, converge com as narrativas identitárias dos chamados “intérpretes do Brasil”, tais como Gilberto Freyre e Raimundo Faoro? Além disso, seriam os “jogos de acomodação” uma especificidade brasileira, fruto de uma cultura política *sui generis*, ou um fenômeno vivenciado também em outros regimes autoritários da América do Sul no contexto da Guerra Fria?

Além desses três argumentos centrais, o livro de Rodrigo Motta contribui também com a análise crítica e a desconstrução de alguns “mitos” acerca da ditadura. O autor defende que os conhecidos “acordos MEC-Usaid” e a assessoria técnica dos norte-americanos para a realização da reforma universitária foram superestimados pela ampla campanha de denúncias empreendida pelos movimentos estudantis de esquerda entre 1967 e 68. Ainda que tenham sido importantes, os contatos entre o governo e as agências sediadas nos EUA sofreram inclusive oposições de apoiadores nacionalistas da ditadura. Ademais, os acordos na área de educação acabaram recebendo uma atenção desproporcional por parte das oposições, tendo em vista que, desde os anos 1950, houve convênios de governos brasileiros com a Usaid em áreas muito mais sensíveis, como a de segurança pública. Rodrigo Motta desenvolve também um modelo conceitual para a análise das relações entre a ditadura e as comunidades universitárias, na medida em que questiona tanto a oposição entre Estado e sociedade como a ideia de “colaboração” inspirada na historiografia europeia sobre o nazi-fascismo. Para o autor, houve um “leque de possibilidades intermediárias” entre a adesão e a resistência ao regime militar. Os “jogos de acomodação”, portanto, funcionaram em vários momentos nas relações entre os professores e o regime.

Obra de grande fôlego, com questionamentos fundamentais para a consolidação da historiografia da ditadura e com uma narrativa que envolve o leitor, *As universidades e o regime militar* foi, sem dúvidas, um dos importantes livros que chegaram às livrarias

brasileiras no cinquentenário do golpe de 1964. Que a qualidade intelectual do livro e o grande interesse que ele despertou no público brasileiro desde o seu lançamento sejam um sinal de que, nos conflitos e esforços de significação do passado recente do Brasil, o espaço reservado à historiografia acadêmica seja alargado.